

Plano de Ensino

Curso

1903N - Comunicação Social: Relações Públicas

Ênfase

Identificação

Disciplina

0003246 - Legislação em Relações Públicas

Unidade

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

Departamento

Departamento de Ciências Humanas

Créditos	Carga Horaria	Seriação ideal
2	30	4

Pré - Requisito

Co - Requisito

Objetivos

Reconhecer os princípios fundamentais e formais na elaboração dos textos legais.
Estabelecer as inter-relações direito-sociedade, em seus aspectos organizacionais e estruturais, através do conhecimento da legislação específica e atualizada.
Interpretar textos referentes à legislação trabalhista.

Conteúdo

- 1 - Noções gerais de Direito: Normas de comportamento e ordem social. Definições de Direito. Relações entre Direito e Moral. Ramos do Direito. Fontes do Direito.
- 2 - Legislação trabalhista. A consolidação das Leis do Trabalho. Dos empregados e empregadores. Contrato de trabalho.
- 3 - Lei de defesa do consumidor. (Lei 8078/90). Aspectos gerais. O profissional de RP como prestador de serviços.
- 4 - Aspectos legais referentes à atividade profissional: Relações Públicas. Estudo da Lei 5.377/67 e seu regulamento (decreto-lei 860/69). Código de ética das Relações Públicas.
- 5 - Noções de direito administrativo.

Plano de Ensino

6 – Constituição Federal: capítulo da Comunicação Social que regula os meios de comunicação.

7 – Noções de direito empresarial.

Metodologia

Aulas teóricas/expositivas seguidas de seminário e de debate para problematização e cumprimento de exercícios exploratórios e analíticos relativos aos temas abordados, com discussão das abordagens e assuntos atuais em debate. Poderão ser utilizados recursos audiovisuais como apoio. São essenciais à leitura prévia dos textos básicos e a pesquisa sobre os temas propostos.

Bibliografia

BRASIL. Lei 5.377 de 11 de dezembro de 1967, que disciplina a profissão de Relações Públicas e dá outras providências.

____. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

____. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências.

____. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

FERRAZ JR, T. S. Introdução ao estudo do direito. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

____. A Ciência do direito. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUSMÃO, P. D. de. Introdução ao estudo do direito. 32 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MARTINS, S. P. Fundamentos de direito do trabalho. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Critérios de avaliação da aprendizagem

A avaliação consistirá em:

- 1) prova escrita individual, sem consulta (p1 – peso três);
- 2) dois (2) seminários/trabalhos, em grupo, a serem desenvolvidos em sala de aula sobre tópico específico do programa, com posterior apresentação de trabalho escrito sobre o tema apresentado (peso um, para cada atividade programada);
- 3 - prova escrita individual, sem consulta (p2 – peso cinco). A avaliação final observará o desempenho nas atividades antes mencionadas, bastando somar as notas de cada item.

Ementa (Tópicos que caracterizam as unidades do programa de ensino)

Instituições de direito público e privado;
Direito administrativo; Direito empresarial;
Legislação trabalhista;
Introdução à legislação dos meios de comunicação;

Plano de Ensino

Legislação comparada;
Código de defesa do consumidor;
Legislação especial de Relações Públicas.

Aprovação

Conselho Curso 09/04/2012

Cons. Departamental 09/04/2012

Congregação 21/05/2012